



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS (PAA) EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE
ARARAS, ESTADO DE SÃO PAULO.**

GUSTAVO HENRIQUE DO LAGO VILLAR

**Araras
(2017)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS (PAA) EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE
ARARAS, ESTADO DE SÃO PAULO.**

GUSTAVO HENRIQUE DO LAGO VILLAR

ORIENTADOR: PROF. Dra. SONIA MARIA P. P. BERGAMASCO
CO-ORIENTADOR: PROF. Dra. VANILDE FERREIRA DE SOUSA-
ESQUERDO

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de
MESTRE EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras
(2017)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Gustavo Henrique do Lago Villar, realizada em 01/06/2017:

Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco
UFSCar

Profa. Dra. Regina Aparecida Leite de Camargo
UNESP

Prof. Dr. Ricardo Serra Borsato
UFSCar

FICHA CATALOGRÁFICA

Villar, Gustavo que do lago

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE ARARAS, ESTADO DE SÃO PAULO. / Gustavo que do lago Villar. -- 2017.

52 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras

Orientador: SONIA MARIA P. P. BERGAMASCO

Banca examinadora: SONIA MARIA P. P. BERGAMASCO, REGINA APARECIDA LEITE DE CAMARGO, RICARDO SERRA BORSATTO

Bibliografia

1. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS . 2. ASSENTAMENTOS RURAIS. 3. AGROECOLOGIA. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DE
GUSTAVO HENRIQUE DO LAGO VILLAR
APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS, EM (DATA: dia, maio de 2017)

BANCA EXAMINADORA:

SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO
ORIENTADORA
FEAGRI-UNICAMP

REGINA APARECIDA LEITE DE CAMARGO
UNESP-JABOTICABAL

RICARDO SERRA BORSATTO
UFSCar-LAGOA DO SINO

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe e ao meu paidrasto por trabalharem sem descanso e dividirem o pouco recurso financeiro que possuem para que eu pudesse estudar.

Agradeço a mim mesmo por não desistir.

Sonia Bergamasco e Vanilde de Souza-Esquerdo pela paciência e orientação.

Gratidão meninas.

A UFSCar por ter proporcionado o curso.

SUMÁRIO

| | Página |
|---|--------|
| ÍNDICE DE TABELAS | i |
| ÍNDICE DE FIGURAS | ii |
| RESUMO..... | iii |
| ABSTRACT..... | v |
| 1 INTRODUÇÃO | 07 |
| 2 REVISÃO DA LITERATURA | 09 |
| 2.1 Neo-institucionalismo histórico: referencial teórico-metodológico para análise de políticas públicas para a agricultura familiar..... | 09 |
| 2.2 Agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos | 11 |
| 2.3 Descrição da área de estudo..... | 15 |
| 3 MATERIAIS E MÉTODOS | 18 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 18 |
| 4.1 Informações Gerais sobre os assentamentos – Araras, SP..... | 18 |
| 4.2 Qualidade de vida nos assentamentos de Araras..... | 22 |
| 4.2.1 Araras I..... | 24 |
| 4.2.2 Araras II..... | 27 |
| 4.2.3 Araras III..... | 30 |
| 4.2.4 Araras IV..... | 32 |
| 4.3 A produção nos assentamentos rurais de Araras..... | 34 |
| 5 CONCLUSÕES | 39 |
| 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 42 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | Pag. |
|--|------|
| Tabela 1. Indivíduos presentes nos lotes analisados | 19 |
| Tabela 2. Participação dos assentados na elaboração dos projetos PAA-Araras | 20 |
| Tabela 3. Avaliação das instituições de organização social pelos assentados rurais de Araras | 22 |
| Tabela 4. Satisfação em participar do PAA | 24 |
| Tabela 5. Número de indivíduos analisados no Araras I | 25 |
| Tabela 6. Valorização do trabalho da mulher – Araras I | 26 |
| Tabela 7. Escolaridade – Araras I | 27 |
| Tabela 8. Atividade profissional – Araras I | 27 |
| Tabela 9. Número de indivíduos analisados no Araras II | 28 |
| Tabela 10. Valorização do trabalho da mulher – Araras II | 28 |
| Tabela 11. Escolaridade – Araras II | 29 |
| Tabela 12. Atividade profissional – Araras II | 30 |
| Tabela 13. Número de indivíduos analisados no Araras III | 30 |
| Tabela 14. Valorização do trabalho da mulher – Araras III | 31 |
| Tabela 15. Atividade profissional – Araras III | 31 |
| Tabela 16. Escolaridade – Araras III | 32 |
| Tabela 17. Número de indivíduos analisados no Araras IV | 33 |
| Tabela 18. Escolaridade – Araras IV | 33 |
| Tabela 19. Atividade profissional – Araras IV | 34 |
| Tabela 20. O PAA contribui/incentiva a transição orgânica/agroecológica | 37 |
| Tabela 21. É possível produzir sem agrotóxico | 38 |
| Tabela 22. O Sr. (a) já tentou produzir alimentos orgânicos | 38 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|------------|
| Figura 1. Localização do município de Araras-SP | Pag. 16 |
|---|------------|

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE ARARAS, ESTADO DE SÃO PAULO.

Autor: GUSTAVO HENRIQUE DO LAGO VILLAR

Orientador: Prof. Dra. SONIA MARIA P. P. BERGAMASCO

Co-orientador: Prof. Dra. VANILDE FERREIRA DE SOUZA-ESQUERDO

RESUMO

A avaliação de uma política pública se torna importante quando esta objetiva pontos importantes dentro da sociedade, que é a geração de renda para a agricultura familiar em assentamentos rurais e a aquisição e distribuição de alimentos de qualidade para pessoas em situação de risco alimentar e nutricional assistidas pelas instituições sócio assistenciais públicas. A pesquisa teve como objetivo geral a avaliação do PAA nos assentamentos rurais de Araras, demonstrando a eficácia e coesão social e a relação da agroecologia nos processos produtivos destas famílias. Neste sentido, os objetivos específicos foram de analisar a qualidade de vida e a mudança provocada nas matrizes produtivas dentro dos lotes analisados. Como referencial teórico-metodológico esta pesquisa se valeu dos trabalhos de estudiosos do neo-institucionalismo para que fosse compreendido a função das instituições no comportamento dos indivíduos afetados por uma política pública. Os dados apresentados foram obtidos por questionários previamente elaborados com informações retiradas dos diário de campo, como ferramenta metodológica contribuiu para um melhor refinamento das discussões entre os pesquisadores. Com isso, concluímos que o PAA não alcançou todos os assentamentos localizados em Araras de forma igualitária e não cumpre com alguns objetivos propostos dentro de seu escopo. Não houve mudança para uma matriz produtiva orgânica significativa provocada pelo acesso ao programa, demonstrando uma baixa eficácia, assim como não houve uma incorporação

de um dos assentamentos por falta de estrutura e descrença nas instituições públicas e de organização social, o que caracteriza pouca coesão social.

Palavras-chaves: Agricultura familiar, políticas públicas, Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos

**PUBLIC POLICY ANALYSIS: THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA)
IN RURAL SETTLEMENTS IN THE MUNICIPALITY OF ARARAS, STATE OF
SÃO PAULO.**

Author: GUSTAVO HENRIQUE DO LAGO VILLAR

Adviser: Prof. Dra. SONIA MARIA P. P. BERGAMASCO

Co-adviser: Prof. Dra. VANILDE FERREIRA DE SOUSA-ESQUERDO

ABSTRACT

The evaluation of a public policy becomes important when it aims at important points within society, which is the generation of income for family agriculture in rural settlements and the acquisition and distribution of quality food for people at risk of food and nutritional assistance Institutions. The research had as general objective the evaluation of the PAA in the rural settlements of Araras, demonstrating the effectiveness and social cohesion and the relation of agroecology in the productive processes of these families. In this sense, the specific objectives were to analyze the quality of life and the change provoked in the productive matrices within the lots analyzed. As a theoretical-methodological reference, this research was based on the work of scholars of neo-institutionalism in order to understand the role of institutions in the behavior of individuals affected by public policy. The data presented were obtained by questionnaires previously elaborated with information taken from the field diaries, as a methodological tool contributed to a better refinement of the discussions among the researchers. With this, we conclude that the PAA did not reach all the settlements located in Araras in an egalitarian way and does not fulfill some proposed objectives within its scope. There was no change to a significant organic productive matrix provoked by the access to the program,

demonstrating a low effectiveness, just as there was no incorporation of one of the settlements due to lack of structure and disbelief in public institutions and social organization, which characterizes little social cohesion.

Key words: Family agriculture, public policies, Pronaf, Food Acquisition Program

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada é fruto da necessidade de analisar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em assentamentos rurais no município de Araras-SP (Araras I, II, III, IV). Este trabalho é parte integrante da pesquisa Avaliação de políticas públicas no Estado de São Paulo a partir dos assentamentos rurais, com a coordenação da professora Dra. Sonia M. P. P. Bergamasco e financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Chamada Universal – MCTI/CNPq nº 14/2014).

Buscamos, com a revisão da literatura, compreender os discursos de algumas correntes de pensamento do neo-institucionalismo que serviram como ferramenta teórica para análise de eficácia e coesão social do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dentro dos assentamentos rurais do município de Araras-SP.

Compreendemos que a eficácia de uma política deve ser analisada comparando os objetivos propostos com o que de fato acontece na vida social das comunidades afetadas quando acessados. A coesão abarca, nas palavras de Paulillo (2009, p. 62) o “sentido de pertencer e solidarizar, incorporando a dialética entre os mecanismos de inclusão e exclusão e a percepção por parte da sociedade”.

Os indicadores utilizados nesta pesquisa fazem vistas na análise do público beneficiário com relação aos universos de acesso (informação, período em que acessou, dificuldades e satisfação) e matriz produtiva (uso de agroquímicos, produção orgânica, informação, práticas agroecológicas no lote, assistência técnica e extensão rural, mudança na matriz produtiva).

As questões inerentes à segurança alimentar e nutricional e o uso de técnicas de produção de alimentos com base em conceitos agroecológicos serve de escopo para formulação de programas e políticas públicas que objetivam a garantia de acesso a uma alimentação saudável às pessoas em situação de risco alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo Federal.

As transformações apresentadas pelo PAA não ficam apenas no campo das relações sócias, mas em uma matriz produtiva pautada na diversidade de produtos aliado a preservação e gestão dos bens comuns locais podendo criar autonomia das unidades familiares beneficiadas.

O acesso e incentivos à compra de produtos da agricultura familiar destinados para alimentação de pessoas em situação de risco alimentar e nutricional pode trazer, com a implantação do PAA, melhorias na renda e na qualidade de vida dessas famílias produtoras de alimentos. Desta forma, a análise do PAA nos assentamentos de Araras se justifica em função de sua relevância deste Programa no que tange às modificações do sistema produtivo dos agricultores familiares. Ademais, programas de políticas públicas devem ser constantemente avaliados para a verificação de seus resultados.

A pesquisa tem por objetivo geral avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em assentamentos de reforma agrária na cidade de Araras-SP, demonstrando a eficácia e coesão social dessa política pública para a agricultura familiar e a relação com a Agroecologia nos processos produtivos das famílias assentadas.

Os objetivos específicos da pesquisa, são:

- Analisar os efeitos do PAA nos assentamentos rurais, no tocante à melhoria da qualidade de vida dos assentados;
- Analisar a relação entre a produção agroecológica e/ou orgânica nos assentamentos e a implementação do PAA;

Sendo assim, esta dissertação foi estruturado, além desta introdução, em mais quatro seções.

Na primeira seção, apresenta-se uma revisão bibliográfica sobre o neo-institucionalismo como ferramenta teórico-metodológicos que orientou os caminhos desta pesquisa. Em seguida, foram abordados um breve histórico sobre a agricultura familiar e o PAA. Por fim, descrevemos a área de estudo e o histórico de formação dos assentamentos de Araras.

A segunda seção, foram apresentados os materiais e métodos utilizados nesta pesquisa. Aqui foram descritos os períodos onde foram realizados os trabalhos de campo, a importância do diário de campo para o pesquisador,

amostragem de análise e tabulação dos dados coletados e as estratégias para realização das entrevistas.

A terceira seção são apresentados os resultados e discussões da pesquisa. Foram organizados os dados coletados nos questionários durante as pesquisas de campo, assim como observações e análises relevantes para alcançar os objetivos desta pesquisa. Aqui foram apresentadas as informações gerais sobre os assentamentos e dados sobre qualidade de vida e matriz produtiva.

Na última seção são apresentadas algumas considerações finais e a conclusão desta pesquisa contribuindo para que novas perspectivas possam ser analisadas acerca do papel das políticas públicas em assentamentos rurais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Neo-institucionalismo histórico: referencial teórico-metodológico para análise de políticas públicas para a agricultura familiar

Pretende-se aqui fazer uma breve revisão da literatura que cercam a s teorias do neo-institucionalismo histórico como referencial teórico para avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos nos assentamentos rurais localizados no município de Araras-SP proposto por esta pesquisa.

HALL & TAYLOR (2003) elaboram uma construção da gênese do neo-institucionalismo e suas escolas de pensamento (institucionalismo histórico, institucionalismo de escolha racional e institucionalismo sociológico) fazendo vistas na maneira como cada qual trata os problemas sociais e políticos. Para esses autores, o neo-institucionalismo histórico teve seu desenvolvimento nas ciências políticas durante as décadas de 1960 e 1970 buscando explicações do porquê os recursos e o poder são distribuídos de forma desigual em seus países. A resposta a esse problema é dada observando a maneira como as organizações institucionais e as estruturas ligadas a elas entram em conflitos.

MÜLLER (2007) demonstra que os partidários do neo-institucionalismo acreditam que o surgimento das instituições não é exógena aos fenômenos e acontecimentos da vida social e política de um país. Sendo assim, é de fundamental importância a inclusão do Estado e suas tramas institucionais para analisar políticas públicas, compreendendo que essas políticas são formuladas

e subordinam-se aos interesses do Estado independentemente dos interesses da sociedade. Apesar do peso dessa afirmativa e compreendendo que as políticas são formuladas com o intuito de resolver problemas reais existentes no bojo da sociedade, estas (na grande maioria das vezes) são pensadas, criadas e implementadas de forma vertical (de cima para baixo) e não de forma horizontal, mesmo quando há pressão por parte de grupos da sociedade ou participação das mesmas.

Os modelos operativos, regras, normas, acordos de comportamento e convenções são determinantes no processo de decisão em situações de conflitos de interesses de diversos atores. Esses fatores são simbólicos para a construção das instituições, pois caracteriza o modelo organizacional e o papel que cabe a cada uma (PAULILLO, 2009; PAULILLO, 2006). Para HALL & TAYLOR (2003, p. 198),

As instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. O indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições composto de símbolos, de cenários e de protocolos que fornecem filtros de interpretação, aplicáveis à situação ou a si próprio, a partir das quais se define uma linha de ação. Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação.

Essas instituições formam uma rede de estruturas que operam em modelos hierárquicos de governança de tal maneira que servem como filtros para vários pontos da rede, afetando, principalmente o público beneficiado pelo PAA (produtor e consumidor) (ALMEIDA et al,2006; ALMEIDA et al, 2009).

Os teóricos dessa escola de pensamento compreendem que as instituições alteram as estratégias dos atores, incentivando e criando metas para que sejam alcançadas. As redes formadas entre os atores, abarcando, também, o poder público se tornam fundamentais para a análise de eficácia e coesão social do PAA (MÜLLER, 2007). A autora corrobora afirmando que essas observações são imprescindíveis para compreender o papel de cada instituição e ator envolvido nos processos decisórios de formulação e implantação de uma política pública.

Segundo GÖTTEMS et al (2009, p. 1411) “a análise de políticas públicas é, por definição, a avaliação do governo em ação ou o estudo do conjunto de ações que um governo realiza para alcançar objetivos em relação a um determinado problema ou conflito social”. De tal modo, a escolha do neo-institucionalismo histórico como referencial teórico-metodológico para essa pesquisa se justifica, pois esse modelo apresenta ferramentas que permitem a compreensão do PAA em Araras.

Trata-se, todavia, de observar a trajetória histórica das diferentes gestões públicas e das organizações sociais moldando comportamentos dentro dos seus interesses, corroborando com a ideia de HALL & TAYLOR (2003) de que o Estado, assim como as organizações sociais (associações, cooperativas e sindicatos) tornaram-se um complexo de instituições estruturantes da natureza e dos conflitos entre os diversos grupos (sociais e políticos). Dessa maneira, incluímos esses dois complexos institucionais no escopo de análise para averiguar o grau de eficácia e coesão social alcançado pela rede do PAA em Araras.

Ao analisarmos o grau de eficácia e coesão social alcançada de uma política pública se torna imprescindível abarcar no mesmo plano analítico as instituições públicas e as organizações sociais (PAULILLO, 2009). A influência das teorias e metodologias apresentadas pelos partidários do neo-institucionalismo histórico nos traz ferramentas que auxiliam na compreensão do papel que cada instituição apresenta e as relações existentes dentro das redes, podemos perceber se há ou não uma mudança de comportamento dos atores individuais motivada por incentivos externos.

2.2 Agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos

KAGEYAMA & BERGAMASCO (1989/90) fizeram um estudo objetivando caracterizar novas tipologias de unidades produtivas dentro da agricultura brasileira dando ênfase à produção familiar na década de 1980 utilizando dados censitários do IBGE. Elas corroboram que os estabelecimentos familiares possuem sua força de trabalho autônoma e autossuficiente, ao passo que os empreendimentos capitalistas nem sempre utilizam a força de trabalho familiar, mas sim, e em maior quantidade, o trabalho assalariado.

Em 2013 uma nova tipologia foi proposta com o intuito de demonstrar a importância dos assentamentos rurais e da agricultura familiar no Brasil com relação a posse da terra, produção e número de pessoas ocupadas no trabalho do campo. As pesquisadoras demonstraram que mesmo sendo maioria em “número de estabelecimento e número de pessoas ocupadas” possuem uma “participação proporcionalmente menor no valor e nas receitas [...] devido à menor produtividade” (KAGEYAMA et al, 2013, p. 118-119).

A agricultura familiar tem um papel fundamental para geração de alimentos, tanto para o comércio local como a preços justos para pessoas com menor poder aquisitivo. O interesse do Estado em manter esta categoria de trabalhadores do campo deveria ser ponto chave para políticas de distribuição de terras e permanência destes nas atividades agrícolas. O fato é, a agricultura patronal recebe muito mais investimento para produção de produtos de exportação do que a agricultura familiar que produz gêneros alimentícios consumidos diariamente.

A segurança alimentar e nutricional no Brasil, pensada como política pública, e o reconhecimento social da importância da agricultura familiar começa a ter relevância durante a década de 1990 com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O debate sobre o tema nas arenas públicas apresenta retrações e avanços desde a década de 1980, ganhando maior espaço no governo Lula, em 2003. Nesse ano foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), um Programa que integra o tema de segurança alimentar e nutricional e produção agrícola, sendo criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero (GRISA et. al, 2009; MÜLLER, 2007; ALMEIDA et. al, 2006). Entretanto, as organizações formais de agricultores não compreenderam bem a dinâmica burocrática do programa (GRISA et al, 2009; MÜLLER, 2007; ALMEIDA et. al, 2006).

Segundo AGAPTO et al (2012, p. 14), o programa preconiza duas finalidades básicas, a saber: “fortalecer a agricultura familiar, possibilitando a formação de estoques e/ou a comercialização de seus produtos a preços mais justos, concomitante assegurando alimentação às populações em situação de

insegurança alimentar e nutricional”, outro ponto abordado pelos autores é o de que a aquisição dos alimentos por parte da gestão pública seja feita na mesma região produtora, articulando, pois, a produção de alimentos ao consumo local, considerando sua sazonalidade, qualidade, saberes locais, relações sociais mais próximas e solidárias, contrapondo aos sistemas produtivistas que valorizam e incorporam a distância, impessoalidade e padronização (ASCOM/MDS, 2012; MULLER, 2007).

Estas informações são corroboradas com as finalidades expostas no Decreto n. 7.775, de 4 de julho de 2012 (Brasil, 2012):

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX - estimular o cooperativismo e o associativismo.

Atualmente o PAA possui seis modalidades de acesso, sendo essas: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. As instituições financiadoras eram o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)¹. Além do MDA e do MDS o Conselho Gestor era formado por representantes dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Fazenda. Esse grupo fornecia os limites de compra, preço, regiões prioritárias e a regulamentação do programa (MULLER, 2007).

Outra instituição presente na operacionalização do programa é a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Ela fornece apoio técnico para o Grupo Gestor fazer as tomadas de decisão, sendo ela, junto com Estados e municípios, executora do programa (SOUZA-ESQUERDO e BERGAMASCO, 2015). Segundo as autoras, entre 2003 e 2011, foram destinadas 3,4 milhões de toneladas de alimentos, chegando a atender 20 milhões de pessoas.

Os dois públicos beneficiados (fornecedores e consumidores) pelo programa atende, ao primeiro, os requisitos ditados pelo art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A Conab, os Estados e os municípios compram os alimentos de famílias organizadas ou não em grupos formais, como as cooperativas e associações; no segundo grupo estão as pessoas em situação de risco alimentar e nutricional atendidas em instituições sócio assistenciais (SOUZA-ESQUERDO e BERGAMASCO, 2015; MULLER, 2007).

Segundo Grisa et al (2009, p. 7), as duas modalidades que vem apresentando estímulos e ligação entre a mudança na matriz produtiva e na matriz de consumo tanto dos fornecedores como consumidores são a de Doação Simultânea e a de Compra Direta, pois, a mudança “na matriz produtiva das unidades familiares [...] se expressa também na matriz de

¹ O atual presidente Michel Temer, na época vice-presidente, no exercício de sua função instaura a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, extinguindo o MDA, transferindo suas competências para o MDS; O Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, centraliza as atribuições do MDA e MDS e transforma o MDS na atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrária – Casa Civil da Presidência da República.

consumo destas famílias e das pessoas/famílias beneficiadas com os alimentos”.

A modernização promovida pela Revolução Verde (1960-70) tomando grandes áreas e desenvolvendo uma agricultura especializada em monoculturas e *commodities* altamente mecanizadas e com uso desenfreado de agroquímicos gerou elevados índices de vulnerabilidade social em grande parcela da sociedade rural e urbana, sem mencionar os impactos ambientais (BORGES, 1996; SOUZA, 2004; LEFF, 2009; RICOVERI, 2012).

Podemos observar que o PAA não se encontra apenas nas relações sociais criadas, mas numa matriz produtiva que engloba o saber tradicional pareado com novas tecnologias pautadas na diversificação e produção de alimentos orgânicos. Segundo GRISA et al (2009, p. 7), a diversificação

Pode ser vista como fortalecedora da autonomia das unidades familiares, diminuindo a vulnerabilidade e a propensão à insegurança alimentar. Cabendo considerar, no entanto, no que se refere à introdução de novos cultivos, sua capacidade de adaptação e seus possíveis impactos sobre os agroecossistemas e a cultura alimentar local.

Essa mudança no comportamento dentro da lavoura da qual a agroecologia busca ligar os elos entre o moderno e o tradicional, a autonomia na escolha e no planejamento dos desenhos e arranjos agrícolas da qual se torna viável para a agricultura familiar produzir sem uso de agroquímicos, diversificando e preservando os bens comuns, incentiva a criação de mercados locais e a manutenção cultural que cada indivíduo carrega em sua trajetória histórica (ALTIERI, 1989; ALTIERI, 1998; GLIESSMAN, 2000; GUSMÁN CASADO et al, 2000; LEFF, 2009; RICOVERI, 2012).

2.3 Descrição da área de estudo

O município de Araras está localizado a aproximadamente 152 km de distância da capital do Estado e tem sua área territorial chegando próximo a 645 km². Segundo dados do Censo realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população é de 118.843 habitantes, sendo 94,6% moradores da zona urbana e 5,4% morando na zona rural (IBGE, 2016).

Figura 1 - localização do município de Araras-SP.



Fonte - Tôsto et al (2010).

Dentro desse universo territorial e populacional, encontram-se, na zona rural, trabalhadores rurais e assentados de reforma agrária espremidos pelo domínio enraizado da produção canavieira. Os impactos ambientais causados pela monocultura da cana de açúcar em Araras passam a afetar diretamente a qualidade da saúde das comunidades próximas às plantações.

No que se refere à construção histórica da agricultura em Araras, podemos identificar dois pontos a serem observados: o primeiro refere-se ao contexto de ocupação, apresentada por QUINTAS (2010), onde, já no século XVIII a cultura canavieira se fazia presente, posteriormente perdendo espaço para a produção cafeeira (1879); o segundo momento vem com a crise de 1929, quando o café já não trazia grandes retornos econômicos. Nessa ocasião começou a perceber uma diversificação na produção agrícola do município, entretanto, em 1940 a produção canavieira novamente desponta e o poder público começa a criar incentivos, como a criação de três usinas de açúcar e álcool e em 1970 com a criação do Programa Nacional do Álcool.

Os assentamentos rurais em Araras (Araras I, II e III) foram implementados em uma propriedade da antiga Ferrovia Paulista S/A (Fepasa)

conhecida como Horto Florestal Loreto e negociados com o poder público, cada qual em sua época e contextos históricos distintos. No caso das áreas Araras I e II onde a trajetória de ocupação é marcada pela luta dos trabalhadores Sem Terra do município de Sumaré em conseguir uma área destinada à reforma agrária, transformando-a em assentamento rural. Após serem rechaçados por capangas e jagunços armados de uma propriedade no município de Araraquara os trabalhadores sem terra rumaram para Araras e ocuparam o Horto Florestal, sendo, mais uma vez expulsos. O que diferencia da primeira reintegração de posse em Araraquara para o que aconteceu em Araras é que a repressão veio pela força policial (ITANI, 2005; ANDRADE, 2013).

Quando tratamos de atores sociais no contexto histórico da formação dos assentamentos de Araras temos que levar em conta não só a presença de movimentos sociais, mas também dos movimentos sindicais. A desapropriação do Horto Florestal começou a ser vista como uma oportunidade pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras, e como uma possível área para a criação de assentamentos, o que ocorreu em 1983. Para a administração pública, essa se tornou uma das primeiras experiências de áreas públicas destinadas para a reforma agrária.

Importante destacar que os assentamentos Araras I e II tiveram a ligação com a terra como uma das prioridades para a distribuição dos lotes às famílias (proprietários de terra, parceiros e trabalhadores rurais ligados ao sindicato); os assentamentos Araras III e IV foram ocupados por famílias moradoras do bairro urbano da região Leste e das áreas rurais do município.

O tamanho dos lotes e a geografia de cada um cria particularidades no que tange ao acesso a políticas públicas. Os assentamentos com maiores áreas por lote são os Araras I e II (13,78ha e 14,92ha, respectivamente), todavia, esses assentamentos tem as menores quantidades de lotes (6 e 14, respectivamente). O Araras III tem sua área total de 367,87ha, abrigando 46 lotes (7,99ha/lote). O araras IV é emblemático tanto no que diz respeito ao tamanho de cada lote, como no número de famílias locadas; possui área total de 40,18ha, distribuídos em 30 lotes (1,33ha/lote).

3 MATERIAL E MÉTODOS

Para esta pesquisa foi necessário elaborar instrumentos de coletas de dados dentro dos assentamentos. Para tanto, optou-se por utilizar questionários fechados com o objetivo de identificar a percepção dos assentados em relação a sua realidade e compreender se há eficácia e coesão social do PAA em Araras.

As atividades de campo foram realizadas durante os meses de janeiro a março de 2016, sendo aplicados um total de 56 questionários² nos assentamentos rurais Araras I, II, III e IV – Os assentamentos possuem 6, 14, 46 e 30 lotes respectivamente. Utilizou-se também o diário de campo que se tornou um instrumento fundamental para coleta e análise de dados, proporcionando uma maior apropriação dos resultados.

Considerou-se nas entrevistas estratégias de aproximação e contato face a face para a compreensão das definições, posturas e ações em cada ponto da rede analisada. Desta maneira, criam-se avanços no tocante a capacidade de gerar informações verdadeiras e coerentes. Para o universo deste trabalho os questionários foram separados levando em conta a organização dos agricultores (coletivos ou individuais).

Os dados foram tabulados e organizados em planilha eletrônica Microsoft Excell® facilitando assim a interpretação das respostas fornecidas pelos agricultores. Nesse sentido, foram sistematizadas as características sociais, econômicas, de gênero, escolaridade, assim como o acesso ao programa e as mudanças nas matrizes produtivas em cada lote visitado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Informações gerais sobre os assentamentos – Araras, SP

Quando observado o número de pessoas presentes nos lote entrevistados percebemos que a diferença entre homens e mulheres é pouca, principalmente com relação aos integrantes do núcleo familiar. No que se referem aos proprietários os homens são maioria. Isso significa que mesmo as

² Metodologicamente foram determinados que se houvesse mais de 20 lotes em um assentamento os questionários seriam aplicados em 50%, caso o número de lotes fosse igual ou inferior a 20 seria realizado o censo.

mulheres sendo legalmente as que possuem a concessão do uso da terra, essas pouco influenciam na administração das atividades e dos recursos financeiros da família. Tal fato será demonstrado mais adiante quando na abordagem relacionada às questões da qualidade de vida dentro de cada assentamento de Araras. A tabela 1 mostra o número de homens e mulheres divididos entre proprietários e outros membros da família.

Tabela 1. Indivíduos presentes nos lotes analisados – assentamentos de Araras

| | PROPRIETÁRIO | MEMBROS DA FAMÍLIA |
|--------|--------------|--------------------|
| HOMEM | 34 | 130 |
| MULHER | 22 | 129 |
| TOTAL | 56 | 259 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Neste sentido, podemos observar a pesquisa realizada por AZEVEDO (2012, p. 34) realizada com agricultoras do município de Barbacena-MG. A pesquisadora se valeu do empoderamento individual e coletivo e suas variáveis, concluindo que na área de estudo é pouco expressivo o empoderamento das mulheres entrevistadas, sendo o trabalho desenvolvido por elas “considerado ajuda e não trabalho”.

A participação das mulheres assentadas de Araras no PAA refere-se às contribuições na elaboração do projeto/decisão dos produtos, beneficiamento, preparo para comercialização, cadastro em DAP, administração financeira, aquisição de produtos e insumos, auxiliando na produção e participando das reuniões. Não há grandes diferenças entre o número de homens e mulheres dentro dos lotes analisados, entretanto elas são minorias a frente dos lotes no que tange às tomadas de decisões.

GASPARI & KHATOUNIAN (2016) fizeram uma discussão acerca das estruturas familiares em assentados rurais do município de Araraquara-SP e a maneira como é explorada a produção agrícola dessas famílias. Os autores concluem que a decisão por seguir uma estratégia de escoamento de seus produtos é marcada fortemente pela organização familiar e tomada de decisão

dos membros familiares, até mesmo optando por não escoar seus produtos, servindo apenas para consumo próprio.

Importante destacar que a maioria dos assentados entrevistados participaram de outros programas governamentais voltadas para agricultura familiar. É o caso do Pronaf, da qual dois projetos foram trazidos pelos técnicos do Itesp, sendo de granja e horta. Neste programa apenas alguns poucos realmente lograram êxito nos investimentos, seguindo com seus próprios projetos. No caso dos assentados do Araras IV, estes incorporaram em seus lotes os projetos indicados pelo Itesp, entretanto, com a pouca assistência dos técnicos agrícolas desta instituição, problemas estruturais (tamanho dos lotes e acesso a água) e locacionais (próximo ao centro de zoonoses e aterro controlado municipal) os assentados não conseguiram tocar seus projetos de forma eficaz tornando a inadimplência um problema generalizado. Além do Pronaf outro programa acessado foi o Bolsa Família. O PAA não foi acessado em nenhum momento no Araras IV.

O PAA pode ser analisada por meio do empoderamento dos agricultores em conseguir determinar os caminhos que irão percorrer, seja na produção individual em cada lote ou na organização coletiva frente às burocracias encontradas ao longo do processo. A tabela 2 mostra a participação dos assentados na elaboração dos projetos dos quais fizeram parte para acessar o programa.

TABELA 2. Participação dos assentados na elaboração dos projetos PAA-Araras

| | |
|------------------------------------|----|
| Elaboração e escrita do projeto | 1 |
| Participa apenas das reuniões | 16 |
| Participação na escrita do projeto | 4 |
| Não participou em nenhuma fase | 6 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

A respeito da participação dos assentados no programa, as múltiplas respostas marcadas nos questionários foram: apenas entregam o produto, participa das reuniões e auxílio na logística. Verificou-se que o acesso ao programa não é garantia de uma efetiva apropriação por parte dos agricultores

com os objetivos traçados pelo PAA, especialmente aquele relacionado com a integração das comunidades locais e a promoção do trabalho cooperado. MELO & SCOPINHO (2015) investigaram os fatores psicossocial que envolve o trabalho dos assentados rurais da cidade de Ribeirão Preto-SP em torno da organização de associações e cooperativas. Elas demonstram que a burocracia impede a organização coletiva dos trabalhadores e conseqüentemente a comercialização dos produtos oriundos destes trabalhadores.

Como visto anteriormente, os neo-institucionalistas compreendem que as instituições são centrais na dinâmica dos indivíduos inseridos em políticas públicas e fundamentais para resolução de conflitos. Para tanto, as instituições de organização social presentes nos assentamentos também foram contempladas nos questionários com o intuito de aferir os incentivos ao trabalho cooperado entre os agricultores, o quanto eles conseguem se articular, o grau de representatividade que eles sentem em participar das cooperativas e associações, se essas instituições cumprem suas obrigações e o esforço em atender os interesses de seus integrantes, assim como as relações de vizinhança nos trabalhos dentro dos lotes.

A aquisição dos produtos para a distribuição em instituições sócio assistenciais via PAA ocorre por meio das instituições de organização social (cooperativas e associações) logradas no município ou em áreas próximas, facilitando e incentivando a produção e o consumo de produtos locais. Levando em consideração que o neo-insitucionalismo histórico preconiza que as instituições devem ser acrescidas nas análises de políticas públicas, as instituições de organização social foram contempladas no âmbito desta pesquisa. A tabela 3 apresenta informações referentes a avaliação das organizações sociais das quais os assentados participam. Vale considerar que essas questões foram realizadas com todos os entrevistados, entretanto, alguns não quiseram responder sobre as instituições que fazem parte ou não informavam esses dados por não saberem em qual instituição estão ligados.

TABELA 3. Avaliação das instituições de organização social pelos assentados rurais de Araras

| Notas | Agilidade | Obrigações | Representativo | Esforço | Benefícios |
|------------------------------------|-----------|------------|----------------|---------|------------|
| Muito fraco = 1 | --- | 8 | 5 | 6 | 10 |
| Fraco = 2 | 1 | 1 | 3 | 2 | 2 |
| Nem fraco e nem forte ³ | 4 | 6 | 6 | 7 | 6 |
| Forte = 4 | 3 | 5 | 4 | 4 | 9 |
| Muito forte = 5 | 14 | 16 | 17 | 15 | 9 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

No que refere à agilidade promovida pelas associações e cooperativas em atender as necessidades dos assentados, a maioria se diz satisfeita e compreende que muito é feito para que os assentados participem de políticas públicas que possam melhorar a qualidade de vida nos núcleos familiares. Entendem que essas instituições cumprem suas obrigações e se sentem representados pelos gestores das instituições, tendo ciência dos esforços realizados para garantir que os assentamentos não sejam esquecidos pelo poder público. Entretanto, é interessante observar que é significativo o número de assentados avaliando como muito fraco os benefícios advindos da participação em alguma organização social, seja ela cooperativa ou associação.

Em todos os casos onde houve acesso ao PAA, alguns apontamentos no sentido de promover melhorias no acesso ao programa foram apresentados pelos entrevistados. Aumento das cotas, diversificação de produtos solicitados, e burocracia de documentação exigidos por parte das instituições públicas foram indicados como possíveis melhorias pelos assentados.

4.2 Qualidade de vida nos assentamentos de Araras

O conceito de pobreza se torna subjetivo quando cada indivíduo cria suas próprias condições de sobrevivência com os ativos que possuem. GRISA (2009) corrobora essa informação apontando estudos que indicam que a pobreza está ligada a dificuldades “acesso e a falta de terra, os precários instrumentos de trabalho e meios de produção, a dificuldade (ou o não) acesso

ao crédito, a taxa de analfabetismo, o baixo nível de escolaridade”. A autora corrobora que

É necessário compreender o modo como as pessoas tratam a pobreza não somente no sentido material, mas o modo como suas escolhas e estratégias estão relacionadas às suas percepções de bem-estar e pobreza e a “capacidade” que possuem, tanto para melhorarem sua qualidade de vida, como para confrontarem as condições sociais que produzem a pobreza (GRISA, 2009, p. 6)

Contudo, o acesso à terra é apenas o começo de um processo de conquistas para melhorar a qualidade de vida, pois após conseguir o tão esperado pedaço de terra para trabalhar os assentados se deparam com uma infinidade de problemas que inviabilizam a estrutura organizacional de ascensão familiar. A falta de instrumentos para o trabalho na roça não é apenas material, mas também, humano. A grande maioria dos jovens não deseja continuar nos lotes e buscam melhores trabalhos (na opinião deles) na cidade. Os que ficam, ou seja, os mais velhos detentores da concessão do uso da terra não podem trabalhar fora de maneira formal em função da legislação que os impede de terem suas carteiras assinadas em trabalhos externos.

Os assentados indicam que para poderem ter condições de trabalhar efetivamente na terra deveria haver mais incentivos por parte do poder público no sentido de assistência técnica efetiva, tanto no que diz respeito à produção agrícola, como na organização dos investimentos provenientes de políticas públicas (caso do Pronaf).

Importante destacar que aqueles que participaram do PAA, em algum momento tiveram descontentamento com o programa, especialmente no que se refere à burocracia para acessá-lo, em relação à demora no pagamento e também com problemas com gestores. A tabela 4 demonstra que apesar das críticas apresentadas pelos assentados em relação ao PAA, a maioria dos entrevistados que acessou esse programa afirmou estar satisfeita em participar. Essa satisfação pode estar relacionada pela melhoria na renda promovida pelo acesso ao PAA e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas.

TABELA 4. Satisfação em participar do PAA

| | |
|--------------------|----|
| Muito satisfeito | 5 |
| Satisfeito | 17 |
| Indiferente | 2 |
| Insatisfeito | 1 |
| Muito Insatisfeito | 1 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Os dois entrevistados que responderam estar insatisfeito e muito insatisfeito indicam a falta de apoio técnico na produção e a falta de organização das associações e cooperativas que fazem parte. O baixo valor e a demora para a liberação dos recursos foram pontos destacado por ambos.

O PAA constrói uma ponte entre produção e comercialização. Isto implica na melhoria da qualidade de vida, pois garante uma diversidade de produtos dentro das lavouras para serem comercializadas e conseqüentemente para a alimentação das famílias que as produzem. Todavia, como podemos observar, mesmo havendo o incentivo para que isso ocorra há uma certa dificuldade em acessar e dar contingência de produtores ao programa em Araras, seja por falta de organização social ou por interesse político do município em adquirir esses alimentos.

Dentro dos assentamentos de Araras não há um incentivo por parte das associações e cooperativas, assim como das instituições públicas em promover a inserção das mulheres junto ao programa. As mulheres só tem acesso ao programa quando são elas as responsáveis legais pelo lote e não como pessoa ativa e colaboradora nos trabalhos de seus lotes.

4.2.1 Araras I

O Araras I é o menor assentamento em número de indivíduos e o segundo menor em área por lote. Nesse assentamento há seis lotes, entretanto, em um deles não foi possível encontrar o proprietário ou alguém que pudesse participar da pesquisa.

Levando em conta os dados coletados podemos perceber que o número de mulheres à frente dos lotes não difere muito do número de responsáveis

homens, entretanto, o número de mulheres que integram as famílias entrevistadas é superior ao dos homens.

TABELA 5. Número de indivíduos analisados - Araras I

| | MEMBROS DA | |
|--------|--------------|---------|
| | PROPRIETÁRIO | FAMÍLIA |
| HOMEM | 3 | 9 |
| MULHER | 2 | 14 |
| TOTAL | 5 | 23 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

O fato de serem maioria neste assentamento não garante a essas mulheres o reconhecimento do trabalho que desenvolvem dentro dos lotes. Sobre este assunto SILIPRANDI & CINTRÃO (2011, p. 172) argumentam que mesmo havendo uma participação dentro no âmbito privado dos lotes, no que diz respeito às questões políticas “a autoridade é dos homens, que representam formalmente a família”.

No assentamento Araras I podemos observar que as respostas acerca da valorização do trabalho da mulher foram dadas majoritariamente por homens, corroborando com os argumentos de SILIPRANDI & CINTRÃO. Das duas mulheres que são responsáveis pelos lotes em que vivem, apenas uma acessa o PAA e respondeu que o programa contribuiu para valorização do seu trabalho, a outra não acessa o programa e por isso não quis responder. Durante a pesquisa de campo foi percebido que algumas mulheres não respondiam os questionários informando que apenas o marido poderia atender os pesquisadores. Apenas as mulheres que estavam à frente dos lotes responderam ao questionário.

TABELA 6. Valorização do trabalho da mulher – Araras I

| | Resposta do Homem | Resposta da mulher |
|-----------------------|-------------------|--------------------|
| Contribui muito | 1 | |
| Contribui | | 1 |
| Contribui pouco | 1 | |
| Contribui muito Pouco | | |
| Não contribui | 1 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Quando questionados de que forma as mulheres participam do programa, a única mulher que o acessa respondeu referindo-se a: Participando das reuniões, auxiliando na produção, no transporte dos produtos, emprestando o nome/DAP. Em relação a esse questionamento, além dessas mesmas respostas, os homens acreditam que as mulheres contribuem muito na aquisição de produtos e insumos além da administração financeira.

Encontramos a formação de pequenas agrovilas rurais formadas por parentes que formam novos núcleos familiares dentro dos lotes, e, cada qual com seu próprio espaço de terra pra produção de roçados caso assim desejem. Esta estratégia de reprodução familiar implica em que a nova família que se forma não necessita buscar moradia fora do assentamento podendo utilizar os recursos que seriam revertidos para aluguel em outros projetos (benfeitorias na casa ou propriedade, incremento na alimentação, aquisição de bens).

Todavia, estas novas famílias não possuem incentivo político de se inserirem em programas governamentais de crédito ou comercialização de seus produtos, pois apenas os responsáveis legais pelo lote possuem esse direito. Entretanto, o que pôde ser visto neste assentamento é que estes novos núcleos familiares possuem seus próprios projetos de trabalho (no e fora do lote) não havendo relações de trabalho entre os outros núcleos familiares.

Com relação a escolaridade dos indivíduos deste assentamento a maioria possui nível fundamental ou médio. O número de pessoas com nível técnico/superior é igual ao número de não escolarizados.

TABELA 7. Escolaridade – Araras I

| | |
|-------------------|----|
| FUNDAMENTAL | 13 |
| MÉDIO | 10 |
| SUPERIOR/TÉCNICO | 2 |
| SEM ESCOLARIDADE | 2 |
| Ñ SOUBE RESPONDER | 1 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

A atividade profissional é uma questão delicada quando abordada dentro de assentamentos rurais. Os proprietários não podem trabalhar fora do lote com carteira assinada e, por outro lado, de acordo com os assentados pesquisados, falta estrutura e acompanhamento para o desenvolvimento de projetos de viabilidade econômica por parte de órgãos de assistência técnica de produção rural. Os dados apresentados na tabela 8 demonstram que grande parte dos indivíduos em idade para trabalhar vivem efetivamente do trabalho em seus lotes. Poucos são os que trabalham dentro e fora e exclusivamente fora do de seus lotes, demonstrando que estes assentados desenvolvem pouco a pluriatividade nos lotes.

TABELA 8. Atividade profissional – Araras I

| | |
|----------------------|----|
| NO LOTE | 12 |
| FORA DO LOTE | 5 |
| DESEMPREGADO (A) | 1 |
| DENTRO/ FORA DO LOTE | 2 |
| Ñ SOUBE RESPONDER | 1 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

4.2.2 Araras II

Dentro do assentamento Araras II o número de mulheres à frente dos lotes é bem reduzido, restringindo-se a apenas um lote administrado por mulher e a única com inscrição no PAA. Majoritariamente a responsabilidade legal pelos lotes é dos homens, como pode ser visto da tabela 9.

TABELA 9. Número de indivíduos analisados no Araras II

| | PROPRIETÁRIO | MEMBROS DA FAMÍLIA |
|--------|--------------|--------------------|
| HOMEM | 10 | 32 |
| MULHER | 1 | 30 |
| TOTAL | 11 | 62 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

O tema da participação das mulheres junto ao PAA foi objeto de estudo das pesquisadoras SILIPRANDI & CONTRÃO (2011, p. 172). As autoras corroboram que “de maneira geral [...] toda a família seja amplamente beneficiada pelo PAA”, há fortes indícios de que de que as tomadas de decisão dentro dos lotes é privado das mulheres, a autonomia de determinar o que será feito com o dinheiro ou como será realizado os projetos não necessitando prestar contas com o marido.

Esta submissão das tomadas de decisão apresentadas pelas autoras é corroborada com os dados da tabela 10. Quando questionado se o acesso das famílias ao PAA contribuiu para valorizar o trabalho das mulheres percebeu-se que durante as entrevistas as mulheres não se aproximavam, deixando a cargo dos homens responderem as questões.

TABELA 10. Valorização do trabalho da mulher – Araras II

| | Resposta do Homem | Resposta da mulher |
|-----------------------|-------------------|--------------------|
| Contribui muito | | |
| Contribui | 3 | 1 |
| Contribui pouco | | |
| Contribui muito pouco | | |
| Não contribui | 2 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

A média de escolaridade dentro do Araras II vai até o 4º ano do ensino fundamental, sendo poucos os indivíduos que chegaram a cursar o nível técnico ou superior. Isto retorna as discussões apresentadas anteriormente sobre os trabalhos da GRISA (2009) sobre qualidade de vida e como a escolaridade pode influenciar a busca de novas alternativas e recursos para o núcleo familiar. Neste assentamento das pessoas que possuem curso superior

ou técnico três trabalham dentro do lote e os outros três tem empregos formais fora dos lotes.

O fato de terem escolaridade superior aos demais implica na possibilidade de possuir um trabalho melhor remunerado fora do lote ou empregar o conhecimento dentro nas atividades internas. Podemos utilizar como exemplo em que um dos lotes encontra-se uma engenheira agrônoma e junto com a família produzem mudas de hortaliças e frutas cítricas para comercialização e não possui atividade externa, em outro caso uma técnica em enfermagem trabalha em hospital do município e não desempenha nenhuma atividade desenvolvida dentro do lote.

TABELA 11. Escolaridade – Araras II

| | |
|-------------------|----|
| FUNDAMENTAL | 42 |
| MÉDIO | 20 |
| SUPERIOR/TÉCNICO | 6 |
| SEM ESCOLARIDADE | 3 |
| Ñ SOUBE RESPONDER | 2 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Como visto no caso do Araras I, muitos assentados no Araras II não se sentiam à vontade em responder que faziam ‘bico’, mas todos afirmaram que se valiam destes pequenos trabalhos para garantir renda extra para suas famílias. Em geral são pequenos serviços de pedreiro, carpinteiro, mecânico, diaristas, entre outros. Os serviços realizadas por parte dos técnicos do Itesp não garante uma boa articulação dentro dos lotes para que os projetos trazidos, principalmente por meio do Pronaf, tenham efetividade no planejamento, execução e acompanhamento. Isto reflete, como indicado pelos assentados, o fato de muitos desconhecerem o PAA. Todavia, a atividade principal continua sendo dentro dos lotes com pequenas lavouras de cana-de-açúcar, laranja, eucalipto, banana, mandioca e hortaliça.

TABELA 12. Atividade profissional – Araras II

| | |
|----------------------|-----|
| NO LOTE | 44 |
| FORA DO LOTE | 17 |
| DESEMPREGADO (A) | --- |
| DENTRO/ FORA DO LOTE | 1 |
| Ñ SOUBE RESPONDER | 11 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

4.2.3 Araras III

Neste assentamento, assim como nos outros dois já analisados pode-se encontrar um número baixo de lotes da qual as mulheres são responsáveis legais. Entretanto, quando observado os outros membros das famílias a diferença é mínima.

TABELA 13. Número de indivíduos analisados no Araras III

| | PROPRIETÁRIO | MEMBROS DA FAMÍLIA |
|--------|--------------|--------------------|
| HOMEM | 12 | 52 |
| MULHER | 8 | 54 |
| TOTAL | 20 | 106 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Além de serem minoria com responsáveis legais dos lotes a participação da mulher restringe-se as atividades domésticas ou pequenos serviços fora dos lotes. Neste assentamento sete mulheres acessam o PAA, todavia quando perguntado se o acesso ao PAA contribuiu para valorização do trabalho da mulher encontramos mais respostas dadas por elas do que nos outros assentamentos, ainda assim, a maioria das respostas continuam sendo dadas pelos homens.

TABELA 14. Valorização do trabalho da mulher – Araras III

| | Resposta do Homem | Resposta da mulher |
|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| Contribui muito | 2 | 3 |
| Contribui | 2 | 1 |
| Contribui pouco | 1 | 1 |
| Contribui muito pouco | 1 | --- |
| Não contribui | 4 | 3 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

A organização familiar dentro dos assentamentos analisados demonstra a formação de pequenas agrovilas familiares dentro dos lotes alterando a dinâmica dentro da produção (reduzindo os espaços de produção para construção de novas estruturas de moradia, como também na organização de trabalho, pois permite que a família permaneça vivendo e trabalhando dentro do lote, ou seja, “uma vez que as famílias vão aumentando, seja pelo casamento dos filhos, ou para dar habitação a algum parente, os assentados reordenam seu espaço” (SOUZA, *et al*, 2005, p. 11).

Outro ponto abordado pelas pesquisadoras e observado dentro dos assentamentos de Araras é o fato de que por estarem próximos a zona urbana as novas famílias assumem a pluriatividade, ou seja, utilizam misturam o trabalho no lote com atividades externas em pequenos serviços.

TABELA 15. Atividade profissional – Araras III

| | |
|----------------------|----|
| NO LOTE | 77 |
| FORA DO LOTE | 26 |
| DESEMPREGADO (A) | 1 |
| DENTRO/ FORA DO LOTE | 1 |
| Ñ SOUBE RESPONDER | 21 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Araras III é o assentamento com maior número de pessoas com escolaridade com nível médio e superior/técnico. Isto reflete em uma organização mais elaborada para buscar e conquistar recursos para melhoria da qualidade de vida. Nem todos os que possuem maiores escolaridades

trabalham fora dos lotes, alguns buscaram aperfeiçoamento profissional para contribuir com o conhecimento dentro das lavouras de suas famílias.

TABELA 16. Escolaridade – Araras III

| | |
|-------------------|----|
| FUNDAMENTAL | 43 |
| MÉDIO | 43 |
| SUPERIOR/TÉCNICO | 21 |
| SEM ESCOLARIDADE | 2 |
| Ñ SOUBE RESPONDER | 15 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

4.2.4 Araras IV

A estrutura do assentamento e a falta de assistência técnica na produção agrícola e criação animal inviabilizou os projetos que foram desenvolvidos através do Itesp, principalmente aqueles relacionados ao Pronaf. Os assentados informaram que dois projetos foram propostos pelo técnico do Itesp com a alegação de que o banco aceitaria apenas projetos voltados para granja e horta.

De acordo com os assentados pesquisados a falta de distribuição dos recursos hídricos, provocadas pela crise de abastecimento que assolou o estado de São Paulo no ano de 2015, provocou a perda da produção nos assentamentos, pois os assentados não podiam utilizar a água encanada em função da política de racionamento implantada por diversos municípios, inclusive Araras. Para agravar o problema da água, a caixa de água existente no assentamento não estava distribuindo água para os lotes. Percebeu-se que o problema da falta de água nesse assentamento vem se arrastando por quase uma década, segundo os próprios assentados. Eles afirmam não terem conseguido tocar os projetos do Pronaf por falta de água nos lotes.

Pela proximidade com o centro de zoonoses e o aterro controlado, os assentados que optaram pelo projeto da granja tiveram problemas de contaminação, perdendo a sua criação. Alguns que não haviam investido todo

o recurso do Pronaf para essa atividade, utilizaram os recursos restantes para construção de benfeitorias e aquisição de alimentos.

Com relação ao PAA, nenhum assentado acessou este programa, todavia apenas o Pronaf e o Bolsa Família houve acesso e na maioria dos casos por mulheres. Em se tratando da administração e gerência dos lotes as mulheres são maioria neste assentamento, diferindo dos demais assentamentos analisados.

TABELA 17. Número de indivíduos analisados no Araras IV

| | PROPRIETÁRIO | MEMBROS DA FAMÍLIA |
|--------|--------------|--------------------|
| HOMEM | 9 | 37 |
| MULHER | 11 | 31 |
| TOTAL | 20 | 68 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

A maioria dos indivíduos possuíam escolaridade até o 6º ano do ensino fundamental. As crianças e os jovens estavam regulares na escola com relação às suas faixas etárias. Aqui encontramos o maior número de indivíduos sem escolaridade entre todos os assentamentos.

TABELA 18: Escolaridade – Araras IV

| | |
|-------------------|----|
| FUNDAMENTAL | 44 |
| MÉDIO | 18 |
| SUPERIOR/TÉCNICO | 3 |
| SEM ESCOLARIDADE | 9 |
| Ñ SOUBE RESPONDER | 14 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Por fazer limite com um bairro urbano da cidade, tendo apenas uma rua como divisão os assentados tiveram como estratégia a busca de trabalho fora do lote, sendo este o assentamento com o maior número de pessoas com atividades econômicas externas. Em função da fragmentação dos núcleos familiares (agrovilas familiares) os entrevistados não souberam informar a atividade profissional de muitos que vivem dentro dos lotes. Percebe-se um

distanciamento desses novos núcleos familiares com os núcleos centrais, apesar de viverem tão próximos.

TABELA 19: Atividade profissional – Araras IV

| | |
|----------------------|-----|
| NO LOTE | 13 |
| FORA DO LOTE | 25 |
| DESEMPREGADO (A) | --- |
| DENTRO/ FORA DO LOTE | --- |
| Ñ SOUBE RESPONDER | 50 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

O tamanho dos lotes deste assentamento não chega a 1 hectare o que inviabiliza a produção de alimentos que sustente a comercialização e alimentação interna das famílias, ainda mais quando há uma organização do lote em agrovilas familiares.

4.3 A produção nos assentamentos rurais de Araras

Os assentamentos rurais vem para construir espaços “onde um projeto coletivo constitutivo da luta e conquista pela terra não anula as particularidades de cada unidade familiar” (DUVAL et al 2008, p. 7), entretanto, quando encontram-se em situações de vulnerabilidade encontram na lógica da monocultura, - a mesma que as marginalizam e segregam – a maneira fácil e rápida de obtenção de recursos econômicos para subsistência dos núcleos familiares.

As famílias assentadas do município de Araras encontram a solução para melhoria da renda na produção cana-de-açúcar, laranja, eucalipto e banana. Essas culturas são produzidas em larga escala e vendida direto para a indústria. Alguns assentados buscaram sua própria lógica de produção e estruturaram seus lotes, via recursos do Pronaf, com a construção de viveiros onde são produzidos mudas de citros e hortaliças. Entretanto, são modelos isolados e exemplos quase exclusivos de bom uso do dinheiro do Pronaf. Com os dados dos questionários percebemos que esses lotes possuem pelo menos um membro com nível superior ou técnico e que auxiliam nas atividades internas dos lotes não buscando trabalhos externos.

Neste sentido que neste capítulo serão abordados temas voltados para a produção nos lotes e os incentivos votados para o manejo orgânico e/ou agroecológico desenvolvido dentro dos assentamentos de Araras. Com os dados dos questionários busca-se referencias no sentido da assistência técnica e do conhecimento historicamente adquiridos e/ou trazidos por diversos atores ligados a estes trabalhadores do campo.

Como visto em partes anteriores deste trabalho, o PAA visa equilibrar o acesso a alimentos saudáveis, isto é, sem uso de agroquímicos, para pessoas em insegurança alimentar e nutricional assistidas por entidades sócio assistenciais com a geração de renda para agricultores familiares valorizando, desta maneira, os circuitos curtos destas mercadorias.

A agroecologia como ciência que busca o desenvolvimento de rural sustentável baseado em desenhos de agroecossistemas com vistas a multidimensionalidade dos espaços de produção e consumo (econômico, ambiental, cultural, político e ético) (CAPORAL, F. R & COSTABEBER, J. A, 2004; ALTIERI, M. A, 2001; LEFF, 2009, 2001). Essa visão vem contra a corrente do modelo de desenvolvimento trazido pela Revolução Verde durante as décadas de 1960/70 que é de utilizar grandes áreas para produção exclusiva de uma cultura (monocultura) e uso desenfreado de produtos químicos antes usados em campos de guerra.

A Moderna agricultura exclui grande parte dos pequenos produtores rurais com a proposta de trazer riquezas para o país em desenvolvimento simplificando os ciclos complexos que a natureza por si garante uma ideia manutenção dos serviços ecossistêmicos, entretanto, o desenvolvimento proposto pela revolução ver vem as custas de graves impactos sociais e ambientais, estes não contabilizados nos lucro das grandes empresas.

A reforma agrária vem para desconstruir a ideia de que a concentração de terras é um fator determinante para a geração de emprego e renda no campo, entretanto, a maneira como é feita, organizada e distribuída não vem sendo favorável para os pequenos produtores pois esta concentração ainda

está longe de ser distribuída para uma enorme quantidade de famílias que fazem a luta pela terra a luta de suas próprias existências. Isto é corroborado com os dados apresentados por Kageyama et al (2013) quando analisado as tipologias dos estabelecimentos agropecuários utilizando os dados do Censo de 2006. As autoras demonstram que o número de estabelecimentos familiares (segundo a Lei nº 11.326) é de 4. 367.902 e quando comparado com os não familiares o número é de 807.587. Entretanto os estabelecimentos não familiares possuem área total (ha) de 249.690.940 e os administrados por agricultores familiares é de 80.250.453. Ou seja, a agricultura familiar possui 84,4% de estabelecimentos e apenas 24% da área total.

Em Araras aonde a estrutura fundiária permanece sendo das grandes usinas de cana-de-açúcar os assentamentos que (re)existem estão longe se serem exemplos de organização social contra as grandes monoculturas e dos latifundiários que expulsaram os primeiros a buscarem uma reforma agrária no município, ao contrário, encontram-se muitos indivíduos que continuam trabalhando para as usinas em diversas atividades, inclusive produzindo cana para vender para essas grandes empresas.

Durante as visitas aos lotes ao longo dos trabalhos de campo pode-se perceber as dificuldades encontradas pelos assentados em estruturar suas produções afim de garantir uma renda que mantenha a renda econômica da família exclusivamente do trabalho interno evitando a busca de novas fontes financeiras externas de forma diversificada e diferente da paisagem tradicional do município (mar de cana). A pluriatividade é um fator de busca da melhoria da qualidade de vida, entretanto é mais comum essa busca quando a escolaridade é baixa dentro dos lotes (GRISA, 2009), todavia, percebe-se essa pluriatividade, também, por falta de uma estrutura na assistência técnica recebida pelos assentados, e isto pode ser observado fazendo vistas a realidade de cada assentamento.

Algumas iniciativas no sentido de organizar palestras, cursos, oficinas e acompanhamento na produção/transição orgânica e agroecológica surgiu de grupos de estudantes do Centro de Ciências Agrárias-UFSCar, ligados ao

Coletivo de Permacultura Pés-Vermelhos. Algumas iniciativas vem sendo desenvolvidas por professores do campus no sentido de resgatar sementes crioulas e técnicas que eliminam uso de veneno nas lavouras. Ainda há muito o que caminhar para que a realidade agroecológica sejam incorporadas e façam parte do cotidiano dos assentados.

Neste sentido a pesquisa busca compreender qual a influência do acesso ao PAA no que toca a mudança na matriz produtiva destes assentados. Para tanto, foram analisadas as respostas de homens e mulheres acerca da contribuição/incentivo na transição para uma produção pautada em preceitos agroecológicos e orgânicos.

TABELA 20. O PAA contribui/incentiva a transição orgânica/agroecológica

| | Homem | Mulher |
|-----------------------|-------|--------|
| Contribui muito | 1 | |
| Contribui | 5 | |
| Contribui pouco | 1 | |
| Contribui muito pouco | | 1 |
| Não contribui | 12 | 7 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

As respostas revelam que os objetivos propostos pelo PAA de incentivar a transição agroecológica não vem sendo alcançados dentro dos assentamentos de Araras. Apenas seis indivíduos demonstram alguma mudança causada pelo programa, todavia a maioria não indicam boas avaliações neste sentido.

Os assentados indicam que a produção orgânica não é rentável do ponto de vista do tempo de produção, aspectos visuais e por ser muito difícil a produção por causa de pragas. Indicaram que formiga é um problema difícil de combater, isto em todos os assentamentos.

Entretanto, os assentados compreendem que há alternativas para produzir alimentos saudáveis, e isto fica claro observando a tabela onde as

respostas vão no sentido de que é possível ter lavouras orgânicas, entretanto, há uma necessidade de informação que contribuam no sentido de difundir técnicas de produção alternativas ao modelo da Revolução Verde

TABELA 21. É possível produzir sem agrotóxico

| | I | II | III | VI |
|----------------------------------|---|----|-----|----|
| Com certeza é possível | 1 | 3 | 7 | 15 |
| É possível, mas falta informação | 2 | 3 | 10 | 4 |
| Difícil | | 1 | 1 | |
| É muito difícil | | 2 | 1 | 1 |
| É impossível | 2 | 2 | 1 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Interessante observar que os dados da tabela demonstram que os que responderam que é possível produzir sem veneno responderam que produzem alimentos orgânicos (tabela). Podemos perceber uma clara distinção entre os assentamentos comparando as duas tabelas. O Araras IV que encontra-se em situação de vulnerabilidade social, ambiental e econômico, neste assentamento todos afirmam produzir sem agrotóxico. A hipótese é que neste assentamento os indivíduos não possuem recursos para aquisição de pacotes para a produção e nem possuem área para que seja produzido em quantidades que tenha excedentes para comercializar e para a subsistência.

TABELA 22. O Sr. (a) já tentou produzir alimentos orgânicos

| | I | II | III | IV |
|--------------------------------------|---|----|-----|----|
| Eu produzo alimentos orgânicos | 1 | 3 | 7 | 15 |
| Já tentei, mas não produzo mais | 2 | 1 | 3 | 4 |
| Nunca tentei, mas tenho interesse | 2 | | 3 | 1 |
| Tenho interesse, mas não vale a pena | | 1 | 1 | |
| Nunca tentei, nem tenho interesse | | 6 | 5 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

As lavouras são de pequenas hortas para consumo próprio. O assentamento que tem mais indivíduos que não tem interesse e nunca produziram sem veneno é o Araras II. Neste assentamento encontram-se diversos lotes que estão atrelados a produção de cana-de-açúcar, banana e

hortaliças com produção considerável que abastece tanto o mercado como para subsistência.

5 CONCLUSÕES

Buscou-se nesta pesquisa analisar as influências na qualidade de vida e na mudança na matriz produtiva de um modelo convencional para um modelo alternativo de produção orgânica ou agroecológica promovidos pelo acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos nos assentamentos rurais do município de Araras. Utilizamos os preceitos apresentados pelos teóricos do neo-institucionalismo para compreender a influência das instituições públicas e de organização social.

Os estudos sobre a agricultura familiar demonstram a importância desta categoria de trabalhadores rurais sobre a produção de gêneros alimentícios e na formação de um comércio justo que beneficie quem produz e quem come esses produtos. As pesquisas desenvolvidas por Kageyama et al (2013) apresentam as desigualdades com relação a posse da terra e repasses de recursos públicos para a agricultura familiar e patronal.

Apenas na década de 1990 é que se observam as primeiras intervenções do Estado em garantir políticas públicas para a agricultura familiar tendo o Pronaf a primeira ação de reconhecimento social desta categoria de trabalhadores. A comercialização de alimentos oriundo da agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional começam a caminhar pareados com a implantação do PAA em 2003 como ação estruturante do Programa Fome Zero. Ou seja, os recursos recebidos pelo Pronaf servem para estruturar a produção e o PAA contribui no escoamento e na distribuição destes alimentos a instituições sócio assistenciais.

As contribuições dos teóricos do neo-institucionalismo para esta pesquisa vem no sentido de balizar a compreensão da importância de anexar nas análises de políticas públicas as instituições públicas e de organização

social. Esta corrente de pensamento demonstra o papel que tais instituições apresenta para modificar os comportamentos dos indivíduos.

Percebemos que as instituições de organização social receberam boas avaliações com relação a agilidade, esforço e obrigações que desempenham para que seus associados/cooperados acessem o PAA. Os assentados demonstram que se sentem representados pelos gestores, todavia as opiniões se dividem quando tratado se houve benefícios se não estivessem fazendo parte destas instituições. Importante destacar que a influência das associações e cooperativas vem no sentido de articular o acesso ao PAA, mas não garante uma efetiva participação dos indivíduos nas tomadas de decisão.

Os objetivos traçados pelo PAA no sentido de fortalecer a agricultura familiar oferecendo mecanismos de comercialização em circuitos curtos e com incentivos para a produção orgânica não foi alcançado dentro dos assentamentos de Araras. Percebe-se que dentro de um mesmo território a política não chega de forma igualitária a todos os indivíduos, como é o caso do Araras IV que não houve nenhum acesso junto ao programa e estão todos endividados com os empréstimos feitos via Pronaf. Os problemas ocorridos no Araras IV demonstra a falta de acompanhamento técnico e social no município e das instituições que fornecem assistência técnica agrícola.

As pesquisas que abordam a qualidade de vida no meio rural demonstram que alguns pontos contribuem para que se desenvolvam estratégias de sobrevivência destas famílias, seja buscando trabalho nos centros urbanos ou dividindo os espaços do lote com as novas famílias que se formam. Neste sentido, foi destacado nesta pesquisa a questão da satisfação em participar do programa, da qual grande parte dos entrevistados se dizem satisfeitos. A questão de gênero foi levantada durante as entrevistas e pode-se perceber que as mulheres tem pouca participação nas tomadas de decisão tanto no que diz respeito a como os recursos serão investidos e quais produtos serão produzido/criados. Apenas as mulheres que possuem a titularidade do lote conseguem esta autonomia.

A maior parte dos indivíduos chegaram ao 6º ano do ensino fundamental, todavia, é preocupação dos mais velhos que os jovens tenham uma melhor formação escolar para que possam ter melhores oportunidades. Os que possuem formação técnica ou superior atuam tanto exclusivamente nos lotes como em atividades externas. A diferença dos que possuem maior escolaridade dos que não possuem são os cargos que ocupam e o salário, ou seja, os que não possuem formação profissional se valem de pequenos serviços nos centros urbanos.

Abordando os aspectos da matriz produtiva, o acesso ao programa não trouxe mudanças consideradas de uma agricultura convencional para uma agricultura orgânica e/ou agroecológica mesmo havendo incentivos para aquisição destes produtos por parte dos municípios e a preços 30% maiores do que o convencional. Os assentados indicam que essas práticas alternativas não vem por meio dos técnicos do Itesp e sim de grupos de estudantes e professores do curso de agroecologia da Universidade Federal de São Carlos.

As relações entre produtores, consumidores e instituições públicas carecem de melhores articulações para que o programa possa funcionar de forma coerente com os objetivos propostos, aonde abarque uma participação efetiva entre todos os envolvidos para as tomadas de decisão sobre os caminhos operacionais do PAA em Araras.

Podemos concluir que o PAA não tem um grau elevado de eficácia quando analisado a matriz produtiva dos assentados que acessaram o programa. A maioria dos assentados demonstram que não houve incentivos por parte das instituições públicas para produzirem alimentos orgânica ou agroecológica. O pouco acesso por parte das mulheres assentadas também demonstra que o PAA não alcançou o objetivo de incentivar a participação das mulheres, promovendo maior autonomia nas tomadas de decisão dentro dos lotes.

Quando comparados o número de acessos entre os assentamentos e confrontamos esses dados com as informações analisadas em diários de campo percebemos que o PAA mesmo havendo uma proximidade geográfica

entre os assentamentos a organização social e a assistência oferecida pelas instituições públicas e de organização social promovem um distanciamento dos assentados com relação ao entendimento destes acerca do programa. Muitos entrevistados não sabiam qual programa ou organização social faziam parte demonstrando um baixo índice de coesão social.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAPTO, J. P et al Avaliação do programa de aquisição de alimentos (paa) em campina do monte alegre, estado de são paulo, a partir da percepção dos agricultores. Informações Econômicas, SP, v. 42, n. 2, mar./abr. 2012.

ALMEIDA, L. M. M. C et al Modelo de investigação das redes de segurança alimentar baseadas na agroindustrialização da agricultura familiar em assentamentos rurais. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008 Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Apresentação oral)

ALMEIDA, L. M. M. C et al Redes e programas de segurança alimentar no município de Araraquara-SP como instrumentos de desenvolvimento rural. Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, 2009: 422-458.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).

ASCOM / MDS Programa de aquisição de alimentos (PAA) da agricultura familiar: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! Novembro 2012.

AZEVEDO, V. M. Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do programa de aquisição de alimentos: o caso de Barbacena-MG. 196 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Programa em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa-MG, Viçosa. 2012.

BORGES, M. G. L. Transformações agrícolas no Rio Grande do Norte e o significado espacial da fruticultura. 267f.. Tese de doutorado – Instituto de Geociências de Rio Claro. Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus Rio Claro, SP, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programade-aquisicao-de-alimentos-paa> . Acesso em: 07/04/2015.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em 13/01/2017.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em 12/08/2015

_____ MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htmimpressao.htm. Acesso em 19/01/2017.

_____ DECRETO Nº 8.780, DE 27 DE MAIO DE 2016. Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-018/2016/Decreto/D8780impressao.htm. Acesso em 19/01/2017.

_____ Decreto n. 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o programa de aquisição de alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jul. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2004

GASPARI, L. C & KHATOUNIAN, C. A. Características das famílias, estrutura da produção e estratégias de comercialização em um assentamento de reforma agrária. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 54, Nº 02, p. 243-260, Abr/Jun 2016 – Impressa em Junho de 2016

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

GRISA, C. Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais. SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL on line – v.4, n. 1 – Jun – 2010.

GRISA, C. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. In: Agriculturas, v.8, n.3, set. 2011, p.34-41.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.). *Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Mundi- Prensa, 2000

HALL, P. A & TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *LUA NOVA* Nº 58— 2003; 58:225-54

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> Acesso em 12/09/2016

KAGEYAMA, A & BERGAMASCO, S. M. P A estrutura da produção no campo em 1980. *Perspectivas*, São Paulo, 12/13: 55-72, 1989/90

KAGEYAMA, A. A et al. Uma Tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 1, p. 105-122, Jan/Mar 2013 – Impressa em Abril de 2013

LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Editora Vozes, 2009. – (Coleção Educação Ambiental)

LEFF, E. *Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: PNUMA e Editora Vozes, 2001.

MARQUES, P. E. M et al Programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado de São Paulo – Agricultura de proximidade em questão. *Ruris | volume 8,número 1 | março 2014*

MELO & SCOPINHO participação em cooperativas de assentamentos rurais: estudo sobre os sentidos do trabalho. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 4, p.529-541, out./dez. 2015

MÜLLER, A. L. *A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

PAULILLO, L. F. *Análise organizacional em redes de recursos de poder: contribuições para os estudos da concorrência, das decisões estratégicas e das políticas públicas*. In: FUSCO, J. P. *Tópicos emergentes em engenharia de produção*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002. p. 27-58.

_____. *Entraves para políticas locais de segurança alimentar: uma análise comparativa da eficácia e aplicabilidade dos programas e rede de inclusão em municípios paulistas*. Projeto apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Bolsa Produtividade em Pesquisa, Brasília, 2006.

PAULILLO, L. F. et al Eficácia e coesão social do projeto viva leite: uma avaliação da rede de segurança alimentar na região da Grande São Paulo. Rev. de Economia Agrícola, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 61-76, jul./dez. 2009

RICOVERI, G. Bens comuns versus mercadorias. 1º edição, Jun/2012. Tradução: Vincenzo Maria Lauriola e Elaine Moreira. Editora MULTIFOCO, Rio de Janeiro, 2012.

SALGADO, R. J. S. F & DIAS, M. M ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) SOBRE A QUALIDADE DE VIDA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA/MG. Perspectivas em Políticas Públicas | Belo Horizonte | Vol. VI | Nº 11 | P. 65-91 | jan/jun 2013

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 18 Nº. 51. Fevereiro/2003

SEVILLA GUZMÁN, E. De la Sociología Rural a la Agroecología. Barcelona: Icaria editorial, s.a.2000.

SILIPRANDI & CINTRÃO. Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural / Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. – Brasília:Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192p.(2011)

SOUZA, V. F et al Processos evolutivos na ocupação dos espaços nos assentamentos Monte Alegre 1 e Monte Alegre 4, em Araraquara-SP. Congresso SOBER, Araraquara-SP, 2005

SOUZA-ESQUERDO, V. F & BERGAMASCO, S. M. P. P Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S205-S222, 2014 – Imprensa em Fevereiro de 2015

SOUZA, F. C. S. Repensando a agricultura: o enfoque da sustentabilidade como padrão alternativo à agricultura moderna. Recebido em agosto/2004 e aceito em outubro/2004. HOLOS, ano 20, outubro/2004.

TÔSTO, S.G.; PEREIRA, L.C.; CARVALHO, J.P. de; MANGABEIRA, J.A.C. Zoneamento de uso e cobertura dos solos do município de Araras. Embrapa Monitoramento por Satélite e Embrapa Meio Ambiente, SP. 2010. (Documento Técnico).

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.